

# **DIREITOS IGUAIS, VIDAS DESIGUAIS**

## **AS ATITUDES DOS PORTUGUESES SOBRE DESIGUALDADE**

**Barómetro da Democracia, ICS-UL**

**Janeiro de 2012**

**FILIPE CARREIRA DA SILVA**

**MÓNICA BRITO VIEIRA**

**SUSANA CABAÇO\***

---

\* Responsável pela análise de dados (análises de regressão).

## Introdução

O presente capítulo analisa as atitudes dos inquiridos perante a desigualdade e as suas opiniões sobre aqueles que são comumente tidos como os direitos mais importantes na redução da mesma: o direito à saúde, o direito à educação, o direito à segurança social e o direito à habitação. Estas opiniões foram apuradas através de um inquérito por questionário aplicado em Julho de 2011, e devem ser entendidas à luz deste contexto específico. Decorridos sensivelmente três anos sobre o despoletar da crise financeira de 2008, estávamos, à altura da aplicação do inquérito, no epicentro de uma das maiores crises económicas do Portugal democrático. Uma crise cujas repercussões políticas e sociais eram, já então, percebidas como sendo de monta. A sucessão de eventos fala por si. Em Junho de 2011, realizaram-se eleições legislativas antecipadas, nas quais o Partido Social Democrata se sagrou vencedor, com 38,7% dos votos. Meses antes, a 6 de Abril, o Governo Socialista, liderado por José Sócrates, solicitara a intervenção da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a chamada “troika”, para assegurar o resgate financeiro do país, fazendo-o com o apoio dos dois partidos do centro-direita que viriam em breve a integrar a coligação governamental – PSD e CDS-PP.

Para além de termos de ter em atenção o contexto imediato em que as opiniões foram colhidas, a sua análise requer igualmente que se considere a história da evolução recente dos níveis de desigualdade em Portugal. Concretamente, as atitudes dos inquiridos sobre desigualdade serão interpretadas tendo, sempre que possível, em linha de conta indicadores objectivos sobre distribuição de rendimento, bem-estar e qualidade de vida, bem como sobre a evolução das despesas, em percentagem do PIB, com prestações sociais e o desempenho de outras funções sociais do Estado. Importa aqui, desde logo, salientar que historicamente Portugal é um dos países europeus com uma distribuição do rendimento mais desigual (ex. Rodrigues 1994). Isto é fruto de vários factores, que vão desde a insipiência das políticas sociais do Estado Novo, às

iniquidades duradouras do nosso sistema fiscal, até à relativa ineficácia redistributiva do Estado Providência pós-25 de Abril, para dar apenas alguns exemplos. Esta prevalência de uma distribuição muito desigual dos rendimentos colocava-nos, em 2008, entre os países mais desiguais da União Europeia (daqui em diante UE-27), com um coeficiente de Gini<sup>1</sup> de 35, semelhante ao da Roménia, e apenas inferior ao da Letónia (37) e ao da Lituânia (36). Isto apesar de durante a década de 2000, e em resultado de políticas sociais orientadas para os grupos sociais mais excluídos, como o Rendimento Mínimo Garantido, os valores da desigualdade terem registado uma melhoria sensível, com o já referido coeficiente de Gini a passar de 38.1, em 2004, para 33.7, em 2009 (Rodrigues 2007). No entanto, a crise financeira de 2008 parece poder vir a pôr em causa algumas das ligeiras melhorias alcançadas, podendo mesmo vir a reverter a tendência recente para a redução da enorme assimetria de rendimentos que caracteriza o nosso país. Um estudo recente da Comissão Europeia,<sup>2</sup> em que se comparam os efeitos das políticas de austeridade sobre a distribuição de rendimento em seis países europeus, incluindo Portugal, sugere que é precisamente entre nós que se irá verificar o mais significativo aumento da desigualdade, com os mais pobres a sofrerem os efeitos da crise proporcionalmente mais do que os mais ricos.<sup>3</sup> O excepcional relevo dado pelos inquiridos ao problema da desigualdade não é independente da magnitude que ele assume estruturalmente entre nós e da perspectiva realista do seu agravamento futuro.

Não basta, porém, analisar isoladamente as atitudes dos inquiridos perante a desigualdade na distribuição de rendimentos, ainda que tendo em conta dados contextuais macro de ordem socioeconómica. Para que consigamos interpretar as atitudes dos inquiridos portugueses perante a desigualdade de forma adequada, é igualmente necessário que as comparemos com as atitudes dos cidadãos de outros países. Conscientes desta necessidade, importámos algumas das questões colocadas

---

<sup>1</sup> O coeficiente de Gini mede a desigualdade numa sociedade, variando entre 1 (desigualdade máxima: todos os rendimentos na posse de uma só pessoa) e 0 (desigualdade mínima: todas as pessoas recebem exactamente o mesmo).

<sup>2</sup> [http://www.socialsituation.eu/research-notes/SSO2011%20RN2%20Austerity%20measures\\_final.pdf](http://www.socialsituation.eu/research-notes/SSO2011%20RN2%20Austerity%20measures_final.pdf).

<sup>3</sup> Um estudo interessante sobre o possível impacto das intervenções do FMI na qualidade da democracia pode ser encontrado em Nelson e Wallace (2011).

em Portugal do inquérito por questionário *Understanding Attitudes to Tackling Economic Inequality* realizado em Inglaterra por Louise Bamfield e Tim Horton para a fundação Joseph Rowntree, em Junho de 2009, isto é, sensivelmente dois anos antes da aplicação do inquérito em Portugal. Isto permite-nos comparar as atitudes dos inquiridos portugueses com as dos inquiridos britânicos perante um mesmo fenómeno: a desigualdade socioeconómica. Embora a extensão da comparação a outros países fosse desejável, ela é impossível neste momento, já que a bateria de questões por nós importada não foi entretanto colocada além de Inglaterra, com quem Portugal partilha, de resto, os lugares cimeiros nas tabelas da desigualdade entre as democracias consolidadas. O terceiro vector da nossa análise das atitudes dos portugueses perante a desigualdade é, por conseguinte, este mesmo: o da comparação internacional, neste caso, e pelas limitações anunciadas, com o Reino Unido.

Este enquadramento triplo – contexto imediato da aplicação do inquérito, indicadores socioeconómicos de conjuntura, e comparação internacional (limitada às questões sobre desigualdade, uma vez que as questões sobre direitos sociais são exclusivo do inquérito português) – irá guiar a nossa leitura dos resultados apurados segundo o modelo de análise que construímos. Trata-se de um modelo com dois blocos de variáveis: o primeiro centra-se em atributos individuais como sejam o sexo, a idade, o grau de instrução, a profissão, e o local de residência, ao passo que o segundo se estende a práticas e atitudes, designadamente, a prática religiosa e as opiniões sobre as relações entre Estado, sociedade e economia (a dimensão ideológica de luta política que aqui se está a ter sobretudo em conta é a de “mais ou menos Estado”, tal como apurada a partir de questões incluídas no inquérito, como, por exemplo, “devem as empresas públicas ser privatizadas ou mantidas na esfera do Estado?”). Este modelo de análise foi aplicado às opiniões dos inquiridos portugueses sobre três núcleos de questões fundamentais relacionadas com desigualdade e direitos sociais, a saber:

- 1) As opiniões dos portugueses sobre a desigualdade socioeconómica, com particular ênfase nas suas atitudes perante os grupos no topo e na base da escala de rendimento;
- 2) O posicionamento dos portugueses face aos diferenciais salariais e a medidas políticas de controlo da desigualdade, designadamente através do sistema fiscal;
- 3) A avaliação feita pelos portugueses da importância relativa dos direitos sociais mais directamente ligados ao combate à pobreza e à desigualdade, assim como a sua opinião quanto ao grau de garantia efectiva desses direitos no nosso país.

É de salientar o carácter original da análise que aqui se oferece. A literatura sobre desigualdade usa normalmente indicadores socioeconómicos como fonte de evidência empírica. O recurso a estudos de opinião é, pelo contrário, relativamente marginal. O que este estudo faz, à semelhança aliás do seu congénere inglês, embora não podendo ser tão exaustivo quanto ele, é não apenas examinar as atitudes dos inquiridos perante a desigualdade de rendimentos e perante as intervenções do Estado no sentido do seu controlo, como também apurar algumas das razões subjacentes a essas atitudes, com destaque para os factores (crenças, valores e normas distributivas) que subjazem aos juízos de equidade feitos. Tudo isto é feito ademais prestando-se especial atenção à possibilidade de existirem atitudes distintas perante a desigualdade na sociedade portuguesa, sendo indispensável apurarem-se alguns dos padrões mais salientes dessa distribuição atitudinal desigual.

Igualmente inovador é a análise das atitudes dos portugueses perante a desigualdade para se aferir da sua percepção sobre a qualidade da democracia no seu país. Vários estudos têm demonstrado que a satisfação com a democracia é afectada por indicadores subjectivos e objectivos de desempenho económico, bem assim como por percepções dominantes sobre a qualidade de vida e a qualidade dos serviços públicos. A esta constatação outros estudos vieram acrescentar que mesmo entre países ricos, os que são mais desiguais têm um desempenho inferior em quase todo o indicador de

qualidade de vida imaginável: esperança de vida, mortalidade infantil, obesidade, criminalidade, literacia, ou mesmo níveis de reciclagem, para mencionar apenas alguns (Wilkinson e Pickett, 2009). Pior ainda, admitindo que os efeitos sociais da desigualdade são tão perniciosos quanto estes estudos propõem, os seus efeitos políticos podem ser altamente divisionistas. É que se as desvantagens da desigualdade estiverem distribuídas de forma muito assimétrica os incentivos serão poucos à solidariedade entre fronteiras sociais, que se tornaram virtualmente insuperáveis. Isto torna a acção comum para a resolução do problema “desigualdade” (que não é percebido por todos enquanto tal), e a própria sustentabilidade do Estado Social, muito difícil (Runciman, 2009). Em suma, os níveis excessivos de desigualdade não são apenas um problema para a consolidação das democracias: eles são também um problema de difícil resolução, que em certos casos arrisca alienar do regime uma parte substancial da população.

A igualdade é, de resto, uma componente central da problemática política moderna (Wagner 1994, 2001), e o Estado Providência do pós-guerra representa uma tentativa de realizar substantivamente esse princípio, em democracia, numa via media entre o comunismo e o liberalismo. O problema da desigualdade assume, portanto, contornos político-ideológicos bem demarcados. Em traços gerais, pode afirmar-se que se para o liberalismo, a prioridade vai para os direitos humanos de primeira geração (civis e políticos), uma prioridade associada a uma concepção de igualdade essencialmente política, formal ou jurídica. Já a defesa dos direitos humanos de segunda geração (sociais, económicos e culturais), mais directamente relacionados com o combate à pobreza e o controlo da desigualdade, ficou na maioria dos casos a cargo de socialistas, comunistas e da esquerda em geral, para os quais a igualdade antes de ser formal ou política tem de ser substantiva ou socioeconómica. É de salientar, porém, que a Doutrina Social da Igreja, influente entre partidos democrata-cristãos um pouco por toda a Europa Católica, Portugal incluído, enfatiza igualmente o princípio da igualdade, embora já não do ponto de vista da luta de classes, mas antes da solidariedade entre diferentes grupos sociais, assente no princípio da socialidade da pessoa humana e da responsabilidade social de cada um. De resto, desde a Segunda Guerra Mundial que

fomos assistindo a uma gradual convergência entre a tradição social democrata de uma solidariedade social assente primeiramente em interesses de classe (neste caso, a classe trabalhadora) e a tradição cristã democrata assente na dignidade do homem enquanto pessoa e na qualidade eminentemente relacional/social desta última. À medida que deixaram de ser partidos de trabalhadores para se transformarem em partidos do povo e em partidos de eleitores de uma forma mais geral, os partidos social democratas deixaram de enfatizar o tema do conflito de classes, que substituíram por temas mais inclusivos, e próximos da democracia cristã, como o da interdependência social. Ainda assim algumas diferenças tenderam em persistir, embora variando de país para país, com os democratas cristãos a insistir no princípio da subsidiariedade, e na colaboração entre Estado e sociedade civil na atribuição de apoios sociais, e os partidos sociais democratas a tenderem para uma visão mais universalista e centralizadora do sistema (ex. Stjerno 2005). Em resumo, a saliência política do problema da desigualdade é extremamente significativa porquanto exprime clivagens ideológicas profundas entre as várias famílias políticas quanto à melhor sociedade e ao papel do Estado na sua promoção. Analisar como este problema está a ser reequacionado em tempos de crise económico-financeira pelos portugueses é, por conseguinte, tão urgente quanto relevante para compreendermos os seus juízos quanto à qualidade da nossa democracia e a sua sensibilidade a diferentes argumentos de combate à desigualdade que poderão servir de fundamento ao desenvolvimento futuro de políticas públicas.

Este capítulo organiza-se em três secções. Cada uma das delas centra-se numa das questões acima elencadas: a saber, 1) as atitudes face à desigualdade socioeconómica, com destaque para as desenvolvidas por relação aos grupos do topo e da base da escala de rendimento; 2) o nível de tolerância dos inquiridos face às diferenças remuneratórias e o seu posicionamento face à acção redistributiva do Estado, nomeadamente através dos impostos; 3) a sua concepção de quais os direitos sociais mais importantes e respectivo grau de garantia no país. Nos dois primeiros casos, a análise feita beneficiará de uma comparação com os resultados obtidos no âmbito do inquérito de opinião britânico. Já no caso dos direitos sociais, sua importância relativa

e nível percebido de garantia, os dados disponíveis referem-se apenas ao universo nacional.

## **1. Os Portugueses e a Desigualdade: Percepções, Indicadores, e Comparação Internacional**

Em plena crise económica e financeira – uma das piores desde a Grande Depressão, não é surpreendente que a desigualdade esteja no centro das preocupações, quer da população em geral, quer das próprias elites, que se vêem a braços com um forte declínio na confiança pública nos governos e no próprio sector financeiro e empresarial. Um estudo de 2012 do Fórum Económico Mundial sobre os riscos enfrentados expressa exactamente isto, ao prever a possibilidade de desequilíbrios económicos graves e uma desigualdade social crescente poderem vir a reverter os ganhos obtidos nas últimas décadas por efeito da globalização.<sup>4</sup> Assim, o painel de mais de 400 especialistas do mundo académico, empresarial e governamental não hesita em conceder lugar cimeiro ao agravamento das desigualdades sociais, entre as suas preocupações para a próxima década. Com efeito, existe hoje uma percepção generalizada de que o crescimento económico nas últimas décadas é coisa do passado, e que, mesmo ele, não foi repartido de forma equitativa por todos os grupos sociais, com a concentração do rendimento nos grupos mais abastados agravar-se a partir do final da década de 80. No início de 2008, a BBC levou a cabo uma sondagem de opinião em 34 países, com quase dois terços dos inquiridos a mostrarem-se especialmente preocupados com a desigualdade da repartição do rendimento e riqueza nos seus países. Entre os portugueses, este valor subia para mais de 80%, colocando-nos a par de países como Coreia do Sul, Turquia e Itália.<sup>5</sup> Estes dados são, aliás, congruentes com os registados noutros estudos de opinião, incluindo o presente estudo do ICS sobre qualidade da democracia, em que a pobreza e a exclusão social são o segundo problema mais referido pelos inquiridos, apenas atrás do desemprego (ele próprio um dos factores geradores de pobreza e exclusão). Existem certamente razões para esta

---

<sup>4</sup> Veja-se <http://www.weforum.org/issues/global-risks>.

<sup>5</sup> Veja-se [www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/feb08/BBCecon\\_Feb08\\_rpt.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/feb08/BBCecon_Feb08_rpt.pdf).

preocupação com pobreza e desigualdade em Portugal. Para além de registar uma taxa de pobreza superior à média europeia, com quase 18% da população em situação de pobreza em 2008 (Quadro 1), mesmo depois de contabilizadas as transferências sociais,<sup>6</sup> Portugal é também um país profundamente desigual do ponto de vista da distribuição do rendimento. Em meados desta década, o nosso coeficiente de Gini encontrava-se 24% acima da média da OCDE, sendo só inferior aos registados pelo México e a Turquia.<sup>7</sup> Entre os 27 países membros da União Europeia, apenas Letónia e Lituânia são mais desiguais do que o nosso país, que apresenta um perfil de distribuição de rendimento altamente assimétrico: em 2008, os 20% mais ricos auferiam 43.2% do rendimento disponível, a percentagem mais elevada da UE-27, ao passo que o rendimento disponível pela demais população estava consistentemente abaixo do auferido nos demais países da UE. (Figura 1)

Note-se que a pobreza de um país e o seu nível de desigualdade socioeconómica representam problemas bastante distintos. É isto mesmo que nos revela o estudo recente de Richard Wilkinson e Kate Pickett, publicado em Portugal sob o título *O Espírito da Igualdade* em 2010. Segundo os resultados deste estudo, o PIB per capita é muito menos significativo na explicação do bem-estar geral de uma população do que o tamanho da distância entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população. Noutras palavras, o facto de um país ser mais ou menos pobre explica significativamente menos a variância de um vasto leque de indicadores sociais do que a distribuição de rendimento nesse país. Quer falemos de esperança média de vida, moralidade infantil, conflitualidade entre crianças, níveis de obesidade, taxas de criminalidade ou níveis de literacia, quanto mais igual uma sociedade melhor tender a ser também a sua performance. Assim, de gráfico em gráfico, Wilkinson e Pickett medem esta funções de bem-estar e os resultados são no mínimo provocadores: o melhor preditor do posicionamento relativo dos países não são as diferenças entre eles (o que poria os EUA no topo, seguidos, a não muito larga distância, dos países

---

<sup>6</sup> Nos EUA, os efeitos da chamada “grande recessão” sobre a pobreza são ainda mais notórios. Entre 2006 e 2010, o número de pessoas em situação de pobreza aumentou de 36.5 milhões para 46.2 milhões, um aumento de 27%. Veja-se Seefeldt et al. (2012).

<sup>7</sup> Veja-se OCDE, 2008: 25.

escandinavos e do próprio Reino Unido, com as nações mais pobres da Europa, como Portugal na base da escala), mas, isso sim, as diferenças de rendimento e riqueza dentro de cada um deles (o que coloca os EUA, enquanto país mais desigual, nas piores posições na avaliação de muitas funções de bem-estar, seguido de Portugal e do Reino Unidos, ambos países onde é muito alto o hiato entre ricos e pobres, com a Espanha e a Grécia a ocupar valores médios, e os países escandinavos, conjuntamente com o Japão, a saírem-se especialmente bem no retrato). Por outras palavras, parece ser a desigualdade de rendimento, e não o rendimento *per se*, que tem o impacto mais negativo sobre a qualidade de vida e bem-estar das populações. Sendo que ambas as medidas têm um impacto considerável sobre a satisfação das populações com as suas democracias, não seria surpreendente que num país como o Portugal, com fortíssimas assimetrias de rendimento, essa satisfação e a preferência pela democracia que ela alimenta ficasse aquém do desejável. Isso mesmo revelam os dados por nós apurados, com a larga maioria dos portugueses (65%), a dizer sentir-se pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia no nosso país (note-se que, em 2009, esse valor era consideravelmente inferior, 51%, veja-se Magalhães, 2009), e 15% a conceber a preferência por um governo autoritário. A isto acresce que entre os maiores defeitos apontados ao funcionamento da democracia contam-se o seu output em termos de desigualdades sociais (10%), que, na opinião dos inquiridos, são apenas superados pela ineficácia dos governos (11%) e pela desconfiança dos políticos (19%). Também nas temáticas que mais preocupam os portugueses, as questões socioeconómicas ganham uma inequívoca dianteira (desemprego, pobreza, exclusão social), sendo de esperar que esta tendência se veja agravada nos próximos anos, até porque 70% dos inquiridos afirma já ter visto a sua qualidade de vida diminuída em razão da crise. Mas se as desigualdades socioeconómicas parecem ter uma forte impacto sobre as medidas de bem-estar, e mesmo a satisfação com o regime, uma outra questão segue-se. Terá a desigualdade um impacto negativo também sobre as práticas e as normas de cidadania democráticas? Os Gráficos 1 e 2, em que se correlaciona desigualdade de rendimentos com comportamentos e normas democráticas, mostram um padrão claro – quanto mais desigual é um país, menor é a participação política, informal ou não eleitoral, dos seus cidadãos, e menor é também a sua adesão a normas democráticas de “boa cidadania”.

Estes resultados macro vêm corroborar uma extensa literatura sobre os efeitos da desigualdade socioeconómica sobre a democracia. Desde logo, existe evidência empírica que sugere que a desigualdade dificulta não tanto as transições para a democracia, que podem ser instigada por ela, quanto os processos de consolidação democrática (Houle 2009). Estas dificuldades que a desigualdade coloca à consolidação dos regimes democráticos, e *maxime* à própria qualidade da democracia (Bermeo 2009: 25-6), podem revestir-se de várias formas. Em primeiro lugar, são bem conhecidos os efeitos perniciosos da desigualdade socioeconómica sobre a igualdade política. A voz política (i.e. a frequência e intensidade da participação formal e informal, o grau percebido e efectivo de eficácia política, e capacidade de influência sobre o aparelho de Estado e os decisores políticos) das elites tende a fazer-se ouvir muito mais do que a das restantes classes sociais, quando não a silencia por completo (ex. Rueschemeyer 2004: 79). Assim, não surpreende que a literatura especializada chame há muito tempo a atenção para o impacto negativo da desigualdade sobre o interesse pela política (Solt 2008: 54). A isto acresce que uma distribuição de rendimento fortemente assimétrica potencia o aumento do apoio a políticas e políticos populistas, o desenvolvimento de laços clientelares, o abuso de direitos humanos e a própria tendência para o favorecimento de uma concepção altamente tecnocrática da política e para a aceitação de governos autoritários, sobretudo quando capazes de desenvolver um capitalismo de Estado que aumente o bem-estar material das populações (Przeworski 2008: 25). De igual forma, a relação entre desigualdade e um conjunto de comportamentos nocivos ao bom funcionamento democracia está bem documentada, sublinhando-se quer a diminuição da participação eleitoral e não eleitoral, quer o alastramento de formas mais genéricas de desafeição democrática, quer ainda os efeitos políticos divisórios e a resultante polarização político-partidária (Anderson e Beramendi 2008: 303; Ostby 2008). Finalmente, a desigualdade socioeconómica foi analisada do ponto de vista do seu impacto negativo sobre diversas formas de má governação, desde o tráfico de influências à erosão genérica do império da lei (Karl 2000: 156).

O presente estudo visa contribuir para esta literatura, ajudando a esclarecer de que modo, no nosso país, a desigualdade socioeconómica afecta a avaliação que os cidadãos fazem do funcionamento da nossa democracia. Em particular, iremos analisar a forma como os inquiridos portugueses se posicionam face à desigualdade socioeconómica, aos diferenciais salariais, e às políticas redistributivas do Estado, designadamente as de ordem fiscal, bem como a importância que atribuem aos direitos sociais e a distância que eventualmente encontram entre a sua promessa constitucional e a sua prestação efectiva. Nesta secção debruçamo-nos sobre o primeiro destes tópicos, as atitudes dos inquiridos portugueses sobre a desigualdade de rendimentos.

Os portugueses são dos povos que no mundo mais preocupação revelam com o nível de desigualdade apresentado no seu país. Trata-se, de resto, de uma preocupação que, como vimos, tem uma fortíssima razão de ser, se tivermos em consideração os indicadores socioeconómicos disponíveis. Mas será que esta preocupação é sentida por todos os portugueses de igual forma? Noutras palavras, como se distribuem as atitudes perante a desigualdade pela população? Para responder a esta questão, temos de analisar em que medida a “desigualdade” é ou não entendida de formas distintas por diferentes segmentos da sociedade portuguesa e quais as crenças e valores que subjazem a essa diferença, confrontando estes diferentes entendimentos da desigualdade quer com indicadores socioeconómicos de ordem mais objectiva, quer com as opiniões manifestadas pelos cidadãos britânicos sobre este mesmo tema. Com efeito, dos dados recolhidos é possível verificar que as opiniões dos portugueses quanto à desigualdade variam significativamente de grupo para grupo, sendo que estas opiniões são igualmente sensíveis ao tipo concreto de desigualdade que está em questão. Isto é, nem todas as formas de desigualdade são consideradas igualmente problemáticas (algumas até serão percebidas como desejáveis, porquanto ligadas ao mérito e ao esforço), e a posição relativa de cada grupo na sociedade portuguesa determina igualmente em boa medida a respectiva percepção deste problema – quanto maior a distância entre ricos e pobres for percebida como sendo muito significativa (sobretudo, se for considerada ilegítima), maior relevo será conferido a

esse problema. Neste ponto, é importante recordar que quase todos os inquiridos portugueses, em linha com o que se passa noutros países, se tende a posicionar subjectivamente na “classe média”, o que equivale a dizer, mais ou menos a meio da distribuição de rendimentos da nossa sociedade. Este auto-posicionamento subjectivo contrasta com a alocação de lugares na escala de rendimentos pelo cientista social, para quem a “classe média”<sup>8</sup> portuguesa, consoante o modelo analítico empregue, varia aproximadamente entre um terço e pouco mais de metade da população portuguesa (Roldão 2008: 20). A verdade, porém, é que a esmagadora maioria dos inquiridos responde às questões que lhes são colocadas a partir desta posição intermédia a que julga pertencer.<sup>9</sup>

Este facto é de salientar na medida em que tem um impacto não negligenciável sobre as percepções individuais e de grupo sobre a desigualdade. Isso mesmo foi tido em conta aquando da formulação das perguntas, que perguntava aos inquiridos qual o seu nível de concordância com as seguintes afirmações:

- A) As pessoas de classe média estão a viver tempos muito difíceis, porque não têm acesso nem às recompensas dos ricos nem aos apoios recebidos pelos mais pobres;
- B) As pessoas mais ricas estão a viver tempos muito difíceis, porque trabalham muito, vivem sob grande pressão e têm maiores responsabilidades;
- C) As pessoas mais pobres estão a viver tempos muito difíceis, porque não têm acesso às recompensas dos ricos e são pouco apoiadas socialmente.

Assim, quando questionados sobre quais os grupos sociais que estarão a atravessar maiores dificuldades no contexto da actual crise económica, os inquiridos portugueses

---

<sup>8</sup> No jargão sociológico, “pequena-burguesia/lugares contraditórios de classe”.

<sup>9</sup> Apesar de esta questão não ter sido colocada aos inquiridos neste inquérito por questionário, esta tendência para o auto-posicionamento por parte da maior parte das pessoas na “classe média” é largamente corroborado pela literatura (ex. Evans e Kelley 2004; Osberg e Smeeding 2006). No inquérito inglês, aliás, quase todos os inquiridos se colocaram subjectivamente na “classe média” (Bamfield e Horton 2009: 28).

distinguiram claramente entre aqueles que viam como estando acima de si, aqueles que consideravam estar num mesmo patamar social, e aqueles que entendiam estar numa situação mais desfavorável do que a sua. E se foram particularmente solidários com estes últimos – 82% dos inquiridos concordaram com a afirmação de que são as pessoas mais pobres que estão a atravessar tempos mais difíceis – mostraram-se já bastante cépticos quanto às dificuldades que a crise colocaria aos mais ricos. Uma clara maioria, de 61% dos inquiridos, discordou da afirmação de serem as pessoas mais ricas quem está a viver tempos mais difíceis, em razão das particulares pressões e responsabilidade que sobre elas recaem. Em contraste com este cepticismo relativamente aos que estão acima de si, uma muito expressiva maioria dos portugueses – 70% - considera que é a classe média (aquela em que se localizam) que mais está a sofrer mais neste período de crise porque não tem acesso às recompensas dos ricos nem às prestações sociais dos mais pobres.

Para melhor vermos o que estes números significam, comparemo-los com os dados obtidos em Inglaterra. Em ambos os países, há um acordo muito substancial de que é a classe média – isto é, o grupo onde os inquiridos se colocam – que está a atravessar maiores dificuldades, por não ter os apoios sociais dos mais pobres nem o desafogo dos mais ricos. Este valor, já elevado entre nós, 70%, sobe para os 79% em Inglaterra. Mas as semelhanças entre estes dois países terminam aqui. Em Inglaterra, apesar de se considerar que a desigualdade resulta desde os anos 80 dos mais ricos se terem tornado ainda mais ricos (uma percepção que a revelação pública recente dos salários e bónus auferidos no sector bancário veio fortemente agudizar, muito embora, segundo dados de 2008, dos países da UE-27, seja em Portugal, não em Inglaterra, que os 20% mais ricos auferem a percentagem mais elevada de rendimento disponível, 43.2%), existe uma percepção generalizada de que alguma desta desigualdade reflecte importantes diferenças de talento e mérito – as diferenças salariais, por exemplo, são justificadas por muitos dos inquiridos por premiarem as qualificações, o mérito e o esforço de quem mais ganha.<sup>10</sup> Já os portugueses, quando colocados perante a questão de se as diferenças salariais são positivas por incentivarem a produtividade,

---

<sup>10</sup> Veja-se Bamfield e Horton 2009: 13.

manifestam a opinião oposta: uma clara maioria, 61%, discorda da associação entre rendimento salarial e esforço individual prevalente entre os britânicos. Esta diferença parece ter assento, pelo menos parcial, nas percepções profundamente discrepantes dos inquiridos, em cada um dos países, quanto às oportunidades de progressão social. Se em Inglaterra, apenas 26% não consideram que existam oportunidades suficientes para que pessoas de todas as origens sociais possam subir na vida, entre os portugueses o cepticismo é dominante: 58% dos inquiridos partilha da opinião de que em Portugal não existem oportunidades suficientes de ascensão social. Esta enorme diferença tem consequências de monta para a forma como os inquiridos vêem os mais pobres. Os inquiridos em Inglaterra são muito explícitos na responsabilização dos mais pobres pela sua situação, culpabilizando-os pela exploração indevida das prestações sociais, e demonstrando uma relativamente reduzida solidariedade para com as suas dificuldades, sobretudo quando comparada com aquela que se verifica em Portugal. Traduzindo em números, 59% dos britânicos crêem ser os pobres quem está a atravessar maiores dificuldades neste período de crise, ao passo que em Portugal este valor ascende aos 82%. Temos assim que as atitudes dos inquiridos portugueses e ingleses relativamente aos diferenciais na distribuição do rendimento nos respectivos países se tornam inteligíveis apenas quando temos igualmente em linha de conta as suas opiniões quanto aos processos que estão na origem dessas desigualdades, com destaque para a forma como os indivíduos adquirem qualificações, empregos e recursos na sua sociedade, e para o nível de oportunidades nela abertas a cada um. Em Inglaterra, a convicção de que a desigualdade é um resultado inevitável do regular funcionamento da economia de mercado e a convicção na existência de reais oportunidades de mobilidade social, dando a todos potencial acesso a rendimentos superiores, resulta numa forte responsabilização individual pela pobreza e pela desvantagem sócio-económica. Daqui decorre também uma significativa culpabilização dos mais pobres pela sua situação, bem como pela alegada exploração do sistema de prestações sociais, que contrasta com uma menor recriminação da exploração do sistema fiscal pelos mais ricos e dos custos que ela implica. Em Portugal, pelo contrário, a convicção generalizada é a de que as oportunidades de ascensão social – de assegurar as qualificações necessárias à entrada no mercado de trabalho, de conseguir um emprego, de progredir na carreira, e de dessa forma realizar o potencial

de cada um – são escassas. Sendo maioritária a opinião de que, no nosso país, as pessoas não têm iguais oportunidades de acesso e progressão, os portugueses fazem um menor juízo de valor relativamente aos mais pobres, responsabilizam-nos menos pela sua situação (que atribuem mais a factores estruturais), e mostram uma maior empatia para com as adversidades que correntemente atravessam.

A comparação internacional já nos permitiu antever algumas explicações para as atitudes dos portugueses face à desigualdade entre ricos, pobres e a absorvente “classe média”. Mas o que podemos dizer sobre o que explica tais atitudes? Será que as opiniões sobre desigualdade são independentes da idade que temos, de sermos de esquerda ou de direita, homens ou mulheres, vivermos num meio urbano ou rural? Como veremos de seguida, a resposta a esta questão é negativa. Na realidade, quem somos e o que fazemos, as nossas crenças e valores, dão-nos pistas importantes para percebermos melhor o que está na origem das nossas atitudes diferenciadas sobre a desigualdade e, mais do que ela, sobre a desigualdade enquanto problema. Por exemplo, a questão de se saber se são os mais ricos aqueles que estão correntemente a sentir maiores dificuldades gera um desacordo tanto maior quanto o inquirido for de esquerda, não frequente a igreja, seja a favor de “mais Estado”, designadamente na forma da manutenção das empresas públicas, e dê prioridade à manutenção da lei e ordem sobre a defesa das liberdades cívicas. A convicção da esquerda tradicional de que o sucesso ou insucesso de cada um tem razões estruturais profundas, desde logo a estrutura de classes e as relações de poder que ela engendra, e a sua desconfiança relativamente aos “ricos”, com destaque para o “capital” e os seus agentes, são factores determinantes na sua resposta. Já se aplicarmos o mesmo modelo à questão de se saber se será a classe média a mais afectada, os resultados são bem diferentes: neste caso, o desacordo com esta ideia é tanto maior quanto se for do sexo feminino, tiver um grau de instrução e um estatuto social elevados, e tiver (como no caso anterior) uma opinião favorável à manutenção das empresas públicas na esfera do Estado. Temos aqui muito possivelmente um leque misto de respondentes, que agrega igualitaristas tradicionais, com atitudes positivas face aos grupos mais desfavorecidos e à intervenção do Estado para sua protecção, e indivíduos com uma atitude mais

liberal, cuja atitude mais positiva por relação ao topo (em que se encontram) não tem necessariamente de coexistir com uma atitude negativa por relação aos mais pobres. Por fim, a aplicação do nosso modelo à questão de se saber se os mais pobres são os mais afectados pela crise – uma hipótese que sai corroborada pelo estudo da Comissão Europeia citado no início deste capítulo – revela que o desacordo é tanto mais elevado quanto o respondente seja jovem, quanto mais baixo seja o seu estatuto social, quanto mais costume ir à igreja, e seja a favor da ilegalização do aborto. Este resultado é curioso, e é-o em várias frentes, que exigem mais aturada discussão. Se são os mais jovens que menos peso atribuem às dificuldades dos mais pobres, talvez a sua atitude esteja parcialmente explicada pela forte incidência do desemprego jovem e pela apreensão quanto ao seu próprio futuro, designadamente em termos da existência das prestações e apoios sociais que hoje assistem aos mais pobres. Por sua vez, a ida frequente à igreja e a posição pró-vida desenham, na escala dos valores, um perfil conservador que se coaduna bem com uma tendência para a responsabilização individual pelos sucessos e insucessos de cada um e para a associação destes resultados com o “querer-se ou não trabalhar”. E, por fim, a falta de empatia dos inquiridos de menor estatuto social para com as dificuldades dos mais pobres, que serão muito possivelmente dificuldades análogas às suas, parece relevar de uma resistência das pessoas socialmente mais desfavorecidas em abrir mão do seu autopoicionamento subjectivo na classe média. Fazê-lo seria em muitos casos equivalente a pôr a descoberto uma pobreza escondida, e a assumir as dificuldades por que estão a passar. Esta insistência no posicionamento a meio da tabela de rendimento pode também ter origem no simples desconhecimento das condições de vida das classes mais favorecidas ou numa estratégia cognitiva defensiva, orientada à redução das aspirações e à maximização da satisfação presente com o (pouco) que têm.

Analisámos igualmente a variação das respostas do ponto de vista da região de pertença do inquiridos. Obtivemos alguns resultados interessantes, que importa aqui destacar (Gráfico 1). A região do Norte Litoral é a única região do país em que as pessoas não pensam ser os pobres quem está a passar por maiores dificuldades neste

contexto de crise. Em seu lugar elegem a classe média como a classe mais negativamente afectada, à semelhança do padrão verificado em Inglaterra. Estes resultados não serão alheios às dificuldades que os próprios inquiridos – que se vêem maioritariamente como pertencendo à “classe média” – estarão a sofrer. Apesar de não nos ser possível isolar dados para o Norte Litoral, certo é que se atentarmos nos dados do PIB per capita por região entre 1995 e 2008, o Norte destaca-se precisamente por ser a única região que, já estando abaixo da média nacional, divergiu negativamente dela num período longo, mais precisamente, entre 2001 e 2007, a que se seguiu uma ligeira maioria, mas que não resgatou a região da cauda do país (PIB per capita 20% inferior à média nacional em 2008). Sendo a região Norte a região do país que mais empobreceu nos últimos anos, e aquela que mais se tem confrontado com o problema do desemprego, com destaque para o desemprego jovem, mas não só (no último trimestre de 2009, e de acordo com o relatório trimestral “Norte Conjuntura”, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN),<sup>11</sup> “o diferencial entre os níveis de desemprego nacional e da região Norte atingiu os 1.8 pontos percentuais e é o mais elevado de que há registo”), não é de surpreendente que seja opinião da maioria dos inquiridos ser a eles que a crise mais afecta.

---

<sup>11</sup> Disponível online em [http://www.ccdrn.pt/regnorte/conjuntura/norteconjuntura\\_4trim2009.pdf](http://www.ccdrn.pt/regnorte/conjuntura/norteconjuntura_4trim2009.pdf)

## Sumário

### . Indicadores e atitudes sobre desigualdade

Portugal destaca-se no panorama internacional pelos elevados níveis de desigualdade na distribuição do rendimento e este facto tem reflexo na grande saliência que os inquiridos conferem a este problema.

### . A desigualdade vista do meio

Os inquiridos portugueses olham para a desigualdade socioeconómica do ponto de vista da “classe média”, em que se localizam subjectivamente, e, talvez fruto das dificuldades que sobre eles impendem, 70% partilha da opinião de que é a “classe média” o grupo que mais dificuldades enfrenta em resultado da crise económica e financeira. Esta posição é particularmente comum no Norte Litoral, a região do país que mais empobreceu nos últimos anos e que mais se confronta actualmente com o problema do desemprego. Apesar disto, os inquiridos portugueses, em contraste com os seus congéneres britânicos, não deixam de demonstrar uma empatia e solidariedade muito expressivas para com a situação dos mais pobres (82%), sendo ao mesmo tempo bastante cépticos quanto às dificuldades sentidas pelos mais ricos (61%) na presente conjuntura. Esta última opinião é mais comum entre pessoas de esquerda, que não costumam ir à igreja, e que são contra a privatização de empresas públicas.

### . Comparação com Inglaterra

As atitudes dos inquiridos britânicos sobre pobreza e desigualdade são muito diferentes das dos inquiridos portugueses. Em Inglaterra, prevalece a percepção de que existem oportunidades para que todos possam subir na vida e que a desigualdade existente reflecte essa estrutura de oportunidades – isto é, uns ganharão mais porque fazem por isso, ao passo que outros ganharão menos em grande parte por falta de empenho em fazer uso dessas oportunidades e portanto por responsabilidade própria. Em Portugal, pelo contrário, a pobreza e a desigualdade são vistas como reflectindo não tanto uma hierarquia de mérito individual quanto uma estrutura desigual de oportunidades, que deslegitima os lugares cimeiros na escala do rendimento e se constitui como um entrave sério a trajectórias de mobilidade social ascendente pelo

## **2. Os Portugueses e a Acção Redistributiva do Estado**

Apesar de se revestir de uma natureza social e económica, a desigualdade é antes do mais um problema eminentemente político. Desde logo, porque a própria construção da desigualdade como um problema que diz respeito a todos e exige a intervenção rectificadora do Estado é algo que releva do político e do ideológico. Noutros termos, é a partir de uma certa concepção de justiça distributiva, da sociedade em que se quer viver, e da relação ideal entre Estado, economia e sociedade que a desigualdade é constituída enquanto um problema passível de resolução, ou, pelo menos, de parcial correcção, e já não enquanto mera fatalidade. Em segundo lugar, porque o combate à desigualdade socioeconómica exige a intervenção do Estado, a instituição política por excelência. Entre as funções do Estado de direito democrático, e para além das decorrentes da protecção dos direitos, liberdades e garantias, contam-se assim as suas funções sociais, que ganharam crescente expressão no decurso do último século e meio. Desta forma, foi a própria legitimidade dos regimes políticos democráticos que ficou associada à respectiva capacidade para proteger os cidadãos em situações de risco potencial (por exemplo, na infância, na doença, no desemprego, e na velhice) através de prestações sociais abertas a todos e em particular aos segmentos mais desfavorecidos da população. Esta transformação e ampliação das funções do Estado exprime a evolução do modelo liberal clássico do Estado do século XIX, no âmbito do qual a igualdade política foi sendo progressivamente assegurada, para o modelo social do Estado do pós-guerra, em que as preocupações com a igualdade socioeconómica foram ganhando maior relevo (Silva 2009: 24-26).

Em Portugal, é apenas a partir dos anos 60, com o Marcelismo, e sobretudo após o 25 de Abril de 1974, com a consagração constitucional de um Estado Providência obedecendo a princípios de universalidade, generalidade, descentralização e gratuidade, que as funções sociais do Estado foram assumindo um papel de destaque

na legitimação e consolidação do regime. Tanto assim que estudos recentes, anteriores ao do Barómetro da Democracia, revelaram que os Portugueses atribuem primazia não aos aspectos processuais, mas, isso sim, aos aspectos substantivos da democracia, que, em sua opinião, se traduzem na sua capacidade de garantir a todos um nível mínimo condigno de vida (Magalhães 2009). Em tempos de contenção severa da despesa pública, e de necessária racionalização, quando não mesmo circunscrição, de alguns dos programas e prestações sociais associados ao Estado Providência, adquire especial importância averiguar até que ponto este está a realizar a sua promessa redistributiva e que apoio se pode encontrar ou – porque a representação política deve ser dinâmica – criar na opinião pública para a sua reforma, na base de uma discussão pública informada sobre que reforma pode e deve ser essa. Como é concluído da análise dos dados do inquérito aplicado em Inglaterra, e da deliberação em *focus groups* que se lhe seguiu, construir apoio público para o combate à desigualdade socioeconómica exige que se entenda primeiro que diferentes grupos partirão de posições diferentes (designadamente, quanto aos valores e normas distributivas que informam a sua posição perante a desigualdade) e reagirão de forma diversa também a diferentes tipos de argumento a favor de políticas públicas de combate a essa desigualdade. Um pouco por toda a Europa, e seguramente em Portugal, poderemos estar a atingir o limite do que pode ser feito no combate à pobreza e à desigualdade furtivamente, isto é, na ausência de esforços explícitos no sentido da tematização desta problemática junto da opinião pública e da construção de um consenso tão extenso quanto possível sobre em que medida, e por que meios, a desigualdade deve ser combatida. Conhecer as posições de partida de grupos distintos da população e os factores que lhes subjazem, para assim lhes poder falar e os poder influenciar, é tarefa essencial para todos os que estejam empenhados na remoção de eventuais iniquidades no presente sistema de prestações sociais e no questionamento deste aparente fatalismo que é ter Portugal e Inglaterra, a secunda os Estados Unidos, na tabela das sociedades mais desiguais.

Nas duas secções que se seguem, analisam-se as atitudes dos inquiridos portugueses sobre diferentes dimensões da acção do Estado no combate à desigualdade: as

opiniões sobre o impacto redistributivo da política fiscal praticada em Portugal são o tema da primeira secção, enquanto que as suas opiniões sobre os direitos sociais e económicos, que dão respaldo constitucional às políticas sociais em áreas como a educação, a saúde, a habitação e a segurança social, são o tema da última secção deste capítulo.

Uma das formas mais óbvias de desigualdade socioeconómica é a desigualdade salarial. As disparidades salariais, quando muito significativas e tornadas públicas, são usualmente motivo de sentimentos de injustiça relativa e, por vezes, até de indignação – sobretudo se acompanhadas pela percepção de que os salários mais elevados não são merecidos, mas antes de uma estrutura de oportunidades fortemente enviesada, que reforça desigualdades e impede a mobilidade dos sectores tradicionalmente excluídos. Não é, por conseguinte, de estranhar que uma larga maioria dos inquiridos portugueses (61%) tenha rejeitado a ideia de que seria positivo para o país existirem grandes diferenças salariais, uma opinião tanto mais comum quanto os indivíduos sejam de esquerda, não costumem ir à igreja, sejam a favor da manutenção de empresas públicas e considerem que o Estado deve ser o único responsável no sector da saúde. Verifica-se, uma vez mais sem surpresa, uma certa coincidência entre este grupo e o que havia expresso o seu cepticismo quanto às dificuldades por que estariam a passar os mais ricos.

Mas será que encontramos opiniões mais favoráveis relativamente às disparidades salariais entre os inquiridos britânicos? Na verdade, e este foi um dos dados mais surpreendentes do estudo de 2009, parece estarmos a assistir a uma transformação significativa das atitudes verificadas em Inglaterra nesta matéria, uma transformação que surge aliás em resposta à crise financeira e às subseqüentes medidas de austeridade (Bamfield e Horton 2009: 35). Esta mudança atitudinal reflecte-se numa rejeição mais convicta das disparidades salariais do que aquela registada no período anterior à crise, em que elas eram bem mais toleradas. Hoje em dia são os super-ricos, mais do que os simplesmente ricos, que atraem a condenação social, e que reabrem a

questão de saber se o mérito e o esforço são realmente factores preponderantes na ascensão ao topo da escala socioeconómica. Se alguns inquiridos objectaram ao rendimento dos super-ricos na base do argumento da necessidade (“é demasiado para as necessidades de qualquer pessoa”), a maioria entendeu que o que os super-ricos ganham é simples desproporcional às suas competências e talentos, e não tem apoio nos resultados produzidos (sobretudo no sector bancário) ou na sua contribuição para a sociedade. Contudo, a riqueza esteve longe de ser condenada em todos os casos, e o juízo feito sobre os simplesmente “ricos” variou de acordo com a avaliação do ponto de partida do indivíduo em causa, de como havia adquirido essa riqueza e de como a havia utilizado subsequentemente. Isto é, os inquiridos ingleses não se opuseram a rendimentos altos desde que percebidos como merecidos, até porque, apesar de abalada, encontra-se ainda arreigada a sua confiança na existência de oportunidades de ascensão suficientes. Contudo, a revolta social relativamente às remunerações auferidas no centro financeiro de Londres e pelas chefias de empresas (nelas incluídas empresas públicas), em que os inquiridos entenderam ver regras básicas da equidade violadas, teve algum efeito de contágio para além destes dois grupos de “super-ricos”, gerando um apoio substantivo à regulação dos pagamentos no topo e à imposição de impostos mais altos sobre eles. Assim, 70% dos inquiridos britânicos mostraram-se de acordo com a ideia de que as pessoas com salários mais altos não pagam através dos seus impostos o suficiente para financiar os serviços públicos. Tivemos oportunidade de replicar esta questão em Portugal e os resultados não foram muito diferentes dos registados em Inglaterra. 66% dos inquiridos portugueses concordaram com a afirmação de que “as pessoas com rendimentos mais altos não pagam com os seus impostos a parcela justa da solidariedade para com os mais pobres”, embora a ausência de um estudo longitudinal nos impeça de poder afirmar se entre nós esta opinião é fruto das circunstâncias da crise, como aconteceu em Inglaterra, ou, pelo contrário, expressa crenças e valores mais estruturais, de um país pobre e que não passou pela liberalização económico-financeira do tatcherismo.

Em contrapartida, colocámos uma nova questão aos inquiridos portugueses sobre eventuais efeitos perversos da acção fiscal do Estado, nomeadamente se achavam que

em Portugal os impostos são tão altos que não compensam, ou até desincentivam, as pessoas de maior talento. Uma maioria de cinquenta e seis por cento dos inquiridos portugueses afirmaram concordar com esta opinião, uma posição sobretudo prevalente entre, como seria de esperar, os profissionais mais qualificados com estatuto social mais elevado, residentes em centros urbanos. Mas também ideologicamente de esquerda e socialmente progressistas, o que mais uma vez vem revelar a pluralidade de esquerdas que existem à esquerda em Portugal. Mais ainda, este resultado aponta para o facto de a preocupação com os excessos no topo e as dificuldades vividas por aqueles que ocupam a base da escala socioeconómica não pressupõe necessariamente a adesão a uma visão igualitarista tradicional, nem tão pouco um apoio a uma maior despesa pública com prestações sociais quando esta implique um aumento de impostos, sobretudo se percepcionado como operando um redistribuição que viola desigualdades justas. Por esta razão, uma postura moralista e proselitista no combate à desigualdade pode, em muitos casos, perder a favor de argumentos de defesa da igualdade mais diferenciadores e ponderados, por exemplo, como forma de garantir recompensas efectivamente proporcionais ao esforço e contribuição de cada um.

Por último, foi analisada a distribuição das médias regionais das atitudes dos inquiridos portugueses sobre o contributo fiscal dos mais ricos e o nível possivelmente demasiado elevado da carga fiscal no nosso país, porque desincentivador do talento (Gráfico 4). Os resultados mostram que em Portugal Continental, excepção feita às regiões do Norte Litoral e Alentejo, os inquiridos estão mais de acordo com a ideia de que os mais ricos não pagam impostos suficientes do que com a ideia de que os impostos são demasiado altos para estimular o talento. Estes dados concorrem com os anteriormente apurados, muito embora seja de assinalar que as afirmações submetidas à apreciação dos inquiridos sejam de natureza distinta. A primeira é mais fungível, porque apela ao sentimento de injustiça perante um grupo social concreto (no caso, “os ricos” ou as pessoas com rendimentos mais elevados) ao passo que a segunda desenha um argumento de carácter mais abstracto, e portanto de mais difícil

apreensão, quanto a uma possível relação entre, por um lado, a carga fiscal, e, por outro, o desincentivo ao talento e à iniciativa individual.

<b>Sumário</b>
<b>. Desigualdade socioeconómica: a sua natureza política</b> A desigualdade socioeconómica é um problema eminentemente político, não só porque é sempre a partir de uma certa posição ideológica e de uma visão do tipo de sociedade em que queremos viver que a desigualdade é constituída ou não como um problema e mais ainda como um problema passível de correcção pela intervenção estatal.
<b>. Estado redistributivo: salários e impostos</b> Quando questionados sobre as disparidades salariais, uma larga maioria dos inquiridos portugueses (61%) mostrou-se contrária à existência de grandes diferenças salariais. Esta opinião revelou-se mais comum entre indivíduos de esquerda, que não costumam ir à igreja, que são a favor da manutenção de empresas públicas e que consideram que o Estado deve ser o único responsável no sector da saúde. Finalmente, uma maioria clara dos inquiridos portugueses (56%) acha que os impostos em Portugal estão demasiado altos, na medida em que desincentivam o talento. Em quase todas as regiões do país, esta opinião é, porém, menos prevalente do que a de quem defende que o contributo fiscal dos mais ricos fica aquém da parcela justa de solidariedade que deveriam prestar às camadas mais desfavorecidas da população.
<b>. Comparação com Inglaterra</b> Comparando os resultados obtidos em Portugal com os apurados no Reino Unido, verifica-se uma grande semelhança quanto aos valores médios da discordância face às disparidades salariais. Se em Inglaterra existem indícios de que esta é uma atitude nova, desenvolvida em resposta aos escândalos com os rendimentos e bónus dos trabalhadores do sector financeiro, em Portugal, a impossibilidade de comparação entre os períodos antes e depois da eclosão da crise impede-nos de chegar a uma conclusão definitiva quanto ao carácter mais ou menos estrutural da nossa relativa

intolerância face às diferenças salariais.

### 3. Os Portugueses perante os Direitos Sociais

O tema desta terceira e última secção são as atitudes dos inquiridos portugueses sobre alguns dos mais importantes direitos sociais consagrados na nossa Constituição. Como tornámos claro anteriormente, para percebermos as atitudes do público perante a desigualdade e perante as respostas que lhe são dadas em termos de políticas públicas, não basta que apuremos como e por que razão certos indivíduos são vistos como mais ou menos merecedores da posição que ocupam na escala socioeconómica. Igualmente importante é perceber qual a relação entre o “mérito” e outras normas distributivas que podem ser de igual ou maior força numa determinada sociedade, designadamente a “necessidade” ou “o direito a” (desde logo, o direito de propriedade, mas também os direitos a prestações sociais). Note-se por exemplo que a decisão de dar assento constitucional a determinados direitos os investe de uma força simbólica singular, não sendo por acaso que no nosso país a luta política em torno da reforma do Estado Social se tece frequentemente na linguagem da defesa ou liquidação da Constituição e dos direitos sociais que nela se consagraram. Foi em larga medida com base nestes direitos fundamentais que se construiu o Estado Providência em Portugal após o 25 de Abril de 1974: a secção sobre direitos sociais da Constituição da República Portuguesa, aprovada dois anos após a revolução de Abril, definiu os princípios e determinou com bastante precisão as linhas mestras das funções sociais do Estado (ex. Silva e Vieira 2010). É pois compreensível que seja comum a associação entre a dimensão social da Constituição e a natureza social da nossa democracia ou até entre aquela dimensão constitucional e a natureza da nossa democracia *stricto sensu*. Esta associação esconde amiúde uma outra: entre direitos sociais, e, mais assim, direitos sociais constitucionalizados, por um lado, e o combate à pobreza, exclusão social e desigualdade socioeconómica, por outro. No entanto, estamos perante uma associação que está longe de ser inequívoca.

Desde logo, importa notar que a inclusão na Constituição de um catálogo nutrido de direitos sociais não leva necessariamente a mais prestações sociais ou ao aumento do

seu peso em percentagem do PIB. Com efeito, à luz dos dados apurados em estudos comparativos internacionais, da constitucionalização de tais direitos seria insensato esperar-se um sistema de segurança social mais forte, despesas mais avultadas em saúde e educação, e muito menos um Estado social com um desempenho superior no controlo da pobreza, exclusão e desigualdade. É que na maioria dos casos a relação entre direitos sociais constitucionalizados e estes macro resultados é inexistente ou, quando muito, ténue e reservada a domínios concretos de intervenção social do Estado (Blume e Voigt, 2007; Ben-Bassat e Dahan, 2007). O mesmo acontece com a alegada relação entre direitos sociais constitucionalizados e democracia. Mais do que a sua mera consagração ou assento constitucional, o que parece importar é a forma como tais direitos foram conquistados, constitucionalizados e implementados. Catálogos semelhantes de direitos sociais estiveram tanto ao serviço da contenção da luta social e da legitimação de regimes autoritários (vide os casos da Alemanha de Bismarck, da Alemanha nazi e da URSS de Estaline, todas elas com bastante generosas em matéria de direitos sociais), quanto ao serviço da legitimação de regimes democráticos e da cidadania inclusiva por que se pautam (veja-se os Estados Providência europeus do pós-guerra). No caso do nosso país, o facto de direitos sociais e democracia terem uma co-origem simbólica na Constituição e se terem desenvolvido a par e passo desde então (por exemplo, o direitos à saúde é constitucionalizado em 76, mas o sistema nacional de saúde cuja criação ele prevê nasce oficialmente em 79), parece ter levado a uma significativa identificação entre ambos (Magalhães 2009: 37-8). Por conseguinte, o que os inquiridos portugueses pensam sobre direitos sociais e o seu nível percebido de garantia diz-nos algo de muito importante sobre o que pensam sobre a qualidade da nossa democracia: quanto mais importância conferem aos direitos sociais mas menos acreditam na sua efectiva garantia, mais estarão convencidos de que a promessa democrática – que, a acreditar nos estudos de opinião, entendem ser sobretudo uma promessa de igualdade não apenas formal, mas substantiva – está a ser traída. É justamente isto que tentaremos analisar de seguida.

Começamos pela importância que os inquiridos portugueses dão aos direitos sociais mais directamente ligados ao controlo dos riscos sociais e ao combate à pobreza,

desigualdade e exclusão. Colocados perante uma lista de quatro direitos sociais, os inquiridos não tiveram dúvidas em eleger o direito à saúde como o mais importante – uma expressiva maioria de 77% – seguido, a grande distância, do direito à habitação (43%), do direito à educação (38%) e do direito à segurança social (33%). A saliência dada ao direito à saúde explica-se em larga medida pela natureza “especial” do bem protegido por este direito. Relembremos a este respeito as palavras de Amartya Sen, para quem o direito à saúde ocupa uma posição privilegiada na ordenação moral dos direitos humanos na medida em que remete para as “condições humanas mais elementares” (Sen 1992: 5), e constituí, por isso mesmo, a base sobre a qual se fundam as capacidades humanas e o seu potencial de desenvolvimento. Esta intuição moral sai reforçada pelo facto, empiricamente constatado, de a doença ser um factor importante para a pobreza. Não causa pois surpresa que os portugueses concedam uma posição privilegiada ao direito à protecção da saúde, quando questionados sobre a hierarquia dos mais importantes direitos sociais que a Constituição contempla. Menos esperada é porventura a saliência que conferem ao direito à habitação e a posição de menor visibilidade reservada ao direito à segurança social, numa altura em que o desemprego atinge números recorde e a sustentabilidade futura das pensões e reformas começa a ser discutida. Precisaríamos de mais dados para interpretar a ordenação dos direitos sociais, mas o facto de a segurança social aparecer na cauda pode ter duas causas imediatas: uma é o facto de não ser imediatamente claro aos inquiridos quais as prestações sociais que cabem na segurança social, outra é o facto de as pensões e reformas serem coisa do futuro, numa altura em que os inquiridos estarão mais preocupados com as dificuldades e os sacrifícios que sob eles impendem no presente.

Quando confrontamos estes resultados sobre a importância relativa dos direitos sociais com as opiniões dos inquiridos sobre o grau efectivo de garantia, o hiato é por de mais evidente, excepção feita ao direito à educação (com 24% a considerarem-no pouco ou nada garantido, 30% a terem-no por totalmente ou muito garantido, e os restantes a verem-no por algo garantido). Por contraste, na saúde, se 77% dos inquiridos atribuíam a maior importância ao direito à sua protecção, apenas 19%

considera que este direito está efectivamente garantido, ascendendo a 33% a percentagem daqueles que o crêem pouco ou nada garantido entre nós, e isto apesar da avaliação positiva que os utentes tendem a fazer do sistema nacional de saúde (Cabral e Mendes, 2002). Regista-se uma avaliação igualmente negativa do nível de garantia dos direitos à segurança social e à habitação. No primeiro caso, 43% dos inquiridos entendem-no pouco ou nada garantido, ao passo que apenas 16% o crê garantido. Mais abrupta é a diferença no caso do direito à habitação, do qual 55% dos inquiridos dizem estar pouco ou nada garantido, e apenas 9% estarem convictos da sua prestação efectiva. Este valor excepcionalmente baixo poderá ter diversas explicações. Um delas é o facto de o acesso à habitação própria tender a ser facilitado em Portugal não tanto por uma “prestação” directa do Estado, por exemplo, pela disponibilização de habitação social aos mais desfavorecidos, quanto por uma acção “indirecta” do Estado sobre o mercado de arrendamento (por exemplo, via controlo de rendas ou apoio ao arrendamento jovem) e com instrumentos incentivadores da aquisição de casa como o crédito bonificado ou as deduções fiscais. Numa altura de crescimento das dificuldades das famílias em ter acesso ao crédito à habitação ou, quando já a adquiriram, em pagar os empréstimos contraídos, compreende-se o valor muito baixo atribuído à protecção do direito à habitação. Acresce a este factor a liberalização parcial das rendas que fazia parte do memorando da troika, muito embora os portugueses que buscam activamente informação de ordem política são poucos, e esta questão apenas tenha ganho maior saliência recentemente, com o anúncio da nova lei das rendas. A confiança na garantia dos direitos à educação ou segurança social foi igualmente baixa, embora não tão baixa (9%, no caso da habitação, 30% e 16%, no caso da educação e segurança social, respectivamente).

O facto de a diferença entre a importância atribuída aos direitos sociais e o seu grau percebido de garantia ser tão substancial e transversal a todos os direitos sugere que estamos perante um questionamento sério da capacidade do Estado Social para vingar o fins a que se propôs, designadamente no controlo de riscos sociais, no combate à pobreza e no controlo da desigualdade. Sendo que as nossas estruturas produtivas, a performance da nossa economia, e a nossa demografia concorrem para colocar

poderosos entraves à sustentabilidade do Estado Social que temos, e que, tal como existe, já não corresponde às expectativas dos inquiridos, este questionamento pode ter efeitos perniciosos sobre o grau de apoio que venha a ser prestado à nossa democracia. Com efeito, quando questionados sobre qual a função ou dimensão mais importante da democracia, oitenta e nove por cento dos inquiridos portugueses indicaram a garantia de um nível de vida digno para todos os cidadãos, um valor superior ao angariado por todas as demais dimensões da democracia elencadas, incluindo a existência de eleições livres e justas ou as liberdades de expressão e participação. Não é pois inteiramente de descartar a possibilidade de a profunda apreensão manifestada pelos inquiridos portugueses quanto ao nível de garantia dos direitos sociais no nosso país, quando associada ao empobrecimento do país e ao agravamento das assimetrias sociais, possa transmutar-se num certo abalar da legitimidade democrática do regime ou, no limite – e para utilizar a expressão tornada corrente por Charles Tilly – numa relativa des-democratização do país (Tilly 2003: 41).

Não haverá porventura melhor forma de terminar este capítulo do que recordar os leitores do “efeito túnel”, vivamente enunciado e descrito por Albert Hirschman e Michael Rothschild num artigo de 1973. Nesse célebre artigo, os autores consideram a transformação dos níveis de tolerância perante a desigualdade em diferentes estádios do desenvolvimento económico. Nos primeiros estádios, em que o desenvolvimento é rápido, diz-nos Hirschman, é provável que as diferenças de distribuição de rendimento entre classes, sectores e regiões aumentem também aceleradamente, mas isso não constituirá um problema insuperável, visto que as discrepâncias serão então bastante toleradas. Mas, acrescentam, essa tolerância é uma espécie de crédito a prazo, que a seu tempo tenderá para desaparecer. Ela assenta na expectativa de que essas grandes desigualdades percebidas, numa dada altura, venham a regredir. Se isto não acontecer, porém, problemas diversos irão inevitavelmente eclodir.

Na tentativa de conferir maior visibilidade ao que está a dizer, os autores socorrem-se de uma analogia, próxima da experiência quotidiana de todos. Suponhamos que

entramos num túnel com duas faixas de circulação, ambas na mesma direcção, e que o congestionamento é enorme. Nenhum carro se mexe. E nós estamos parados na faixa da esquerda, já sem grande paciência. De repente, a faixa da direita começa a circular e o nosso espírito alegra-se na expectativa de que também os automóveis na nossa faixa, a esquerda, comecem a circular regularmente, a qualquer momento. Mas suponhamos que a expectativa se vê gorada e, meia hora ou uma hora depois do desimpedimento da faixa direita, a nossa faixa continua parada, ao mesmo passo que a direita circula normalmente. Nessa altura (senão antes, porque a paciência dos automobilistas é notoriamente limitada...) é muito provável que nos sintamos injustiçados e percamos a paciência. Ao arrepio de todas as regras do código da estrada, seremos tentados a atravessar o duplo traço contínuo que separa as duas faixas, a única acção que parece agora resolver a situação (Hirschman, 1973: 545).

Estruturalmente muito desigual, o Portugal democrático viveu o final da década de 80 e sobretudo a década de 90 na esperança de um crescimento económico que o levasse a uma gradual e irreversível convergência com o resto da Europa. Mesmo aqueles cujo rendimento e bem-estar presente, em termos relativos, não se haviam alterado muito, viam os seus parentes, vizinhos e, sobretudo, os seus filhos, numa aparente rota de melhoria da sua situação social e económica, com melhores qualificações, com carro e casa próprios e com um poder de compra outrora inimaginável. Bebendo alguma gratificação com os avanços dos demais, camadas da população toleravam as assimetrias socioeconómicas na base da expectativa de que as oportunidades se disseminassem e de que um dia, não muito longe, a sua vez viesse efectivamente a chegar (e se não a sua, a dos seus filhos). Em muitos casos, porém, ela não chegou, e agora parece mais distante do que nunca. Em Portugal, a circulação no “túnel” de Hirschman está agora parada para todos, mas alguns nem chegaram bem a entrar. No passado, a experiência da recessão fez de alguns países, como o Japão, países mais iguais, mas ameaça fazer o nosso (tal como da Grã-Bretanha, que nos acompanhou, tão de perto, neste estudo) ainda mais assimétricos. Até quando o crescimento do fosso será compatível com o jogarmos todos a regras de um mesmo jogo, o

democrático, sem atravessarmos traços contínuos, e entrarmos em rota de colisão, é o que definitivamente não devemos querer esperar para ver.

<b>Sumário</b>
<b>. Os inquiridos portugueses perante os direitos sociais</b>
Esta secção analisou as atitudes dos inquiridos portugueses sobre quais os mais importantes direitos sociais. Constitucionalizados na sequência da nossa transição para a democracia, estes direitos serviram de princípio regulador ao Estado Providência subsequentemente estabelecido em Portugal. Quando questionados sobre a ordenação dos direitos, uma larga maioria indicou, à cabeça, o direito à saúde (77%), seguido, a grande distância, do direito à habitação (43%). Só depois surgiram os direitos à educação (38%) e à segurança social (33%), nos terceiro e quarto lugar respectivamente.
<b>. Incerteza quanto à garantia dos direitos sociais</b>
Quando questionados sobre o nível de garantia destes direitos no nosso país, os inquiridos mostraram-se muito cépticos quanto à efectividade destes direitos: apenas 9% acreditam que o direito à habitação está totalmente garantido, um valor bastante inferior, mas não muito diferente, na insatisfação que revela, do referente ao direito à saúde, a que os inquiridos atribuem a maior importância (com apenas 19% dos inquiridos a dizerem-se seguros deste direito estar totalmente garantido). Esta diferença significativa entre, por um lado, a importância atribuída aos direitos sociais e, por outro, o grau percebido da sua garantia, parece sugerir uma apreensão generalizada quanto à capacidade de o Estado Social satisfazer as suas promessas, com destaque para a protecção dos cidadãos face aos riscos sociais, para o combate à pobreza, para o controlo da desigualdade e para a garantia de uma maior igualdade efectiva de oportunidades (isto apesar da avaliação bem mais positiva da efectividade do direito à educação, que importa aqui assinalar). Sendo que os portugueses colocam a garantia de um nível condigno de vida no topo das exigências que fazem à democracia, esta avaliação claramente negativa do desempenho das suas funções sociais pode vir a ter repercussões na legitimidade que atribuem ao próprio regime democrático.

## Bibliografia

- Anderson, C. e Beramendi, P. (2008) "Income Inequality and Electoral Participation", in P. Beramendi e C. Anderson, orgs., *Democracy, Inequality and Representation*. Nova Iorque: Russell Sage.
- Bamfield, L. e Horton, T. (2009) *Understanding Attitudes to Tackling Economic Inequality*. Joseph Rowntree Foundation. Disponível online em: <http://www.jrf.org.uk/publications/attitudes-economic-inequality>
- Ben-Bassat, A. e Dahan, M. (2008), "Social Rights in the Constitution and in Practice", *Journal of Comparative Economics* 36 (1), 103-19.
- Bermeo, N. (2009) "Does Electoral Democracy Boost Economic Equality?", *Journal of Democracy* 20(4): 21-35.
- Blume, L. e Voigt, S. (2007) "The Economic Effects of Human Rights", *Kyklos*, 60: 509-38.
- Cabral, M.V., Silva, P. A., e Mendes, H. (2002). *Saúde e Doença em Portugal - Inquérito aos Comportamentos e Atitudes da População Portuguesa Perante o Sistema Nacional de Saúde* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais).
- Evans, M. e Kelley, J. (2004) "Subjective Social Location: Data from 21 Nations", *International Journal of Public Opinion Research* 16(1): 3-38.
- Hirschman, A., e Rothschild, M. (1973) "The Changing Tolerance for Economic Inequality in the Course of Economic Development", *The Quarterly Journal of Economics* 87 (4): 544-66.
- Houle, C. (2009) "Inequality and Democracy. Why Inequality Harms Consolidation but Does Not Affect Democratization", *World Politics* 61(4): 589-622.

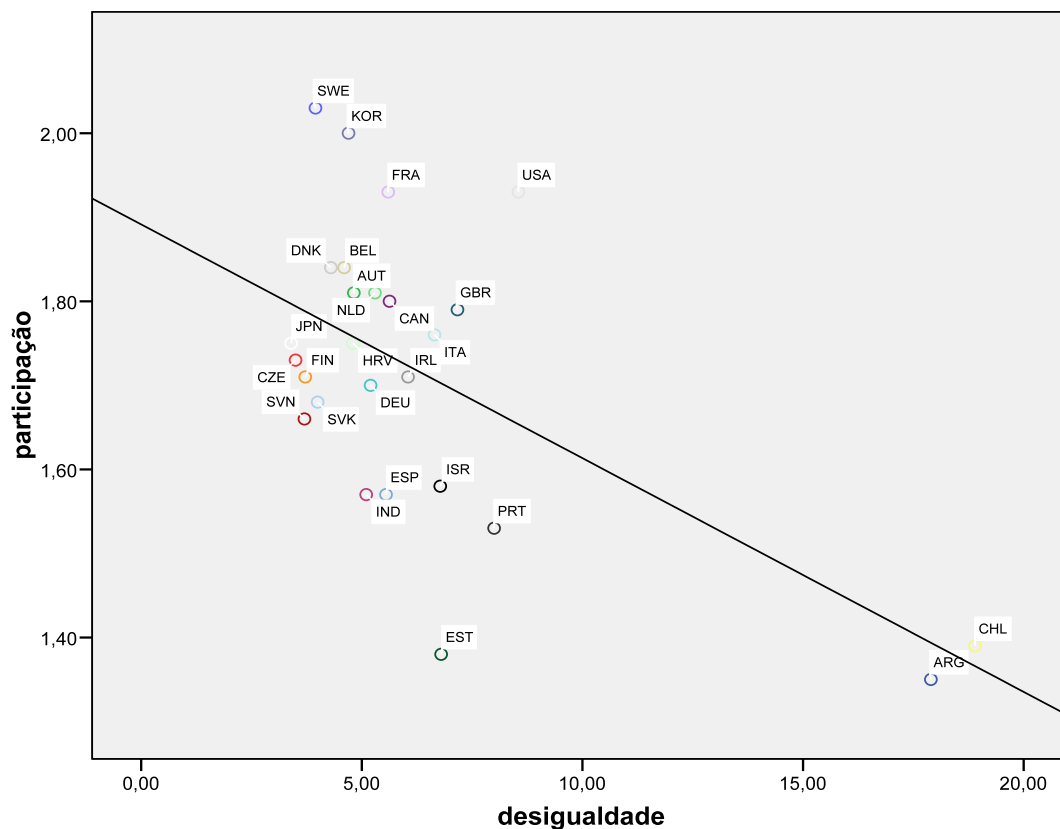
- Karl, T.L. (2000) "Economic Inequality and Democratic Instability", *Journal of Democracy* 11(1) 149-56.
- Magalhães, P. (2009) "A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos", *Relatório SEDES*. Disponível online em: <http://static.publico.clix.pt/docs/politica/estudodasedes.pdf>
- Nelson, S. e Wallace, G. (2011) "Are IMF Programs Really Bad for Democracy?", *Buffett Center for International and Comparative Studies Working Paper Series*, Working Paper Nº 11-004.
- OCDE (2008) *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*. OECD Publications.
- Osberg, L. e Smeeding, T.M. (2006) "'Fair' Inequality? An International Comparison of Attitudes to Pay Differentials", *American Sociological Review* 71(3): 450-73.
- Ostby, G. (2008) "Polarization, Horizontal Inequalities and Violent Civil Conflict", *Journal of Peace Research* 45: 143-62.
- Przeworski, A. (2008) "The Poor and the Viability of Democracy", in A. Krishna, org., *Poverty, Participation and Democracy: A Global Perspective* (Nova Iorque: Cambridge University Press).
- Roldão, C. (2008) "Testando Modelos de Operacionalização. Uma análise exploratória de modelos de operacionalização da estrutura de classes no quadro do European Social Survey – Round 2 (2004)", *CIES e-working paper* nº 55.
- Rodrigues, C.F. (1994) "Repartição do Rendimento e Desigualdade - Portugal nos Anos 80", *Estudos de Economia* 14(4): 399-427.
- Rodrigues, C.F. (2007) *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos Anos 90* (Coimbra: Almedina).
- Rueschemeyer, D. (2004) "Addressing Inequality", *Journal of Democracy* 15(4): 76-90.
- Runciman, D. (2009), "How messy it all is", *London Review of Books*, 31 (29), 22 de Outubro, 3-6.

- Seefeldt, K. (2012) *At Risk: America's Poor During and After the Great Recession*. School of Public and Environmental Affairs, Indiana University.
- Sen, A. (1992) *Inequality Reexamined* (Cambridge, MA: Harvard University Press).
- Silva, F.C. (2009) "Metamorfoses do Estado: Portugal e a Emergência do Estado Neo-Social", in R.M. do Carmo e J. Rodrigues, orgs., *Onde Pára o Estado? Políticas Públicas em Tempos de Crise* (Lisboa: Edições Nelson de Matos).
- Silva, F.C. e Vieira, M.B. (2010) *O Momento Constituinte. Os Direitos Sociais na Constituição* (Coimbra: Almedina).
- Solt, F. (2008) "Economic Inequality and Democratic Political Engagement", *American Journal of Political Science* 52(1): 48-60.
- Stjerno, S. (2005) *Solidarity in Europe: The History of an Idea* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Sunde, U. et al. (2007) "Are All Democracies Equally Good? The Role of Interactions between Political Environment and Inequality for Rule of Law", IZA Discussion Paper No. 2984. Disponível online em: <http://ftp.iza.org/dp2984.pdf>
- Tilly, C. (2003) "Inequality, Democratization and De-democratization", *Sociological Theory* 21(1): 37-43.
- Vis, B. e Van Kersbergen, K. (2011) "Do Welfare States do What They Promise to do? How Welfare States Shape and Re-Shape Poverty and Inequality", Comunicação apresentada no workshop "*Redistribution Paradoxes: The Politics of Welfare*", ECPR Join Sessions of Workshops, 12-17 Abril, St. Gallen, Suíça.
- Wagner, P. (1994) *A Sociology of Modernity: Liberty and Discipline* (London: Routledge).
- Wagner, P. (2001) *Theorizing Modernity: Inescapability and Attainability in Social Theory* (London: Sage).
- Wilkinson, R. e Pickett, K. (2010) *O Espírito da Igualdade*. Lisboa: Editorial Presença.



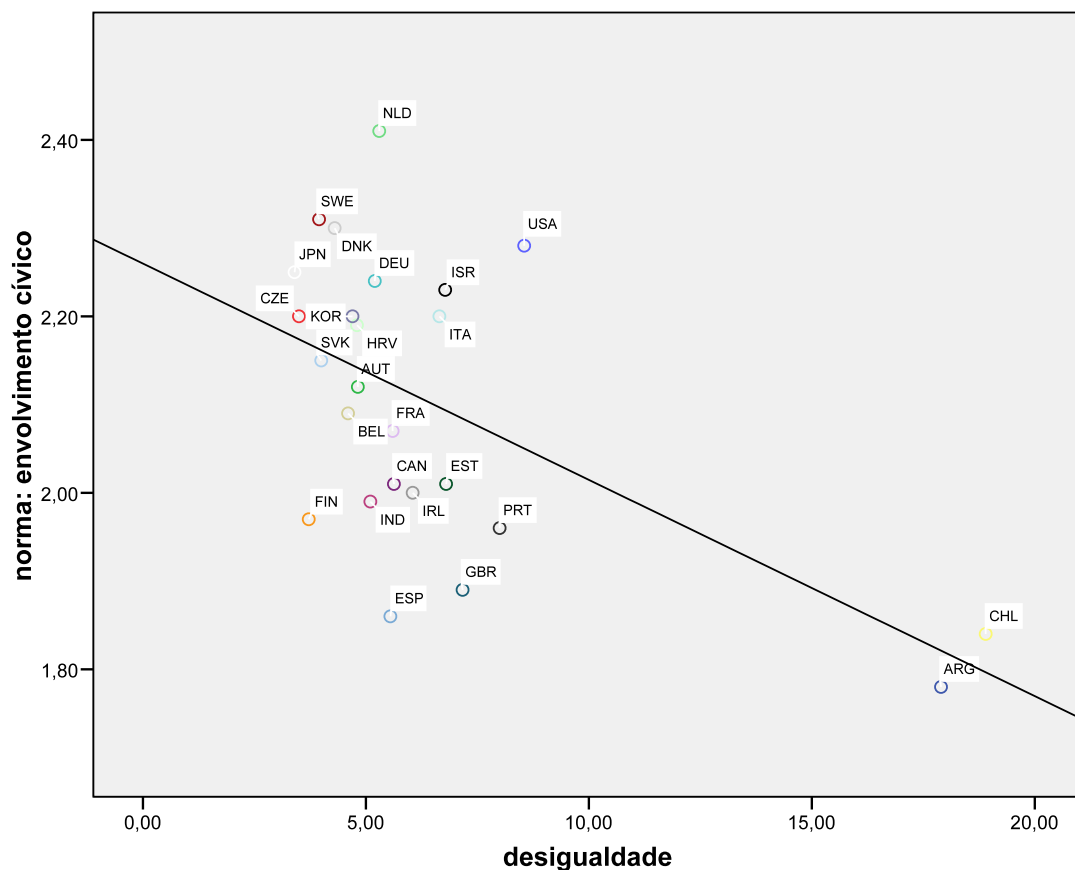
## ANEXO

Gráfico 1 – Representação da relação entre desigualdade de rendimento e participação política.



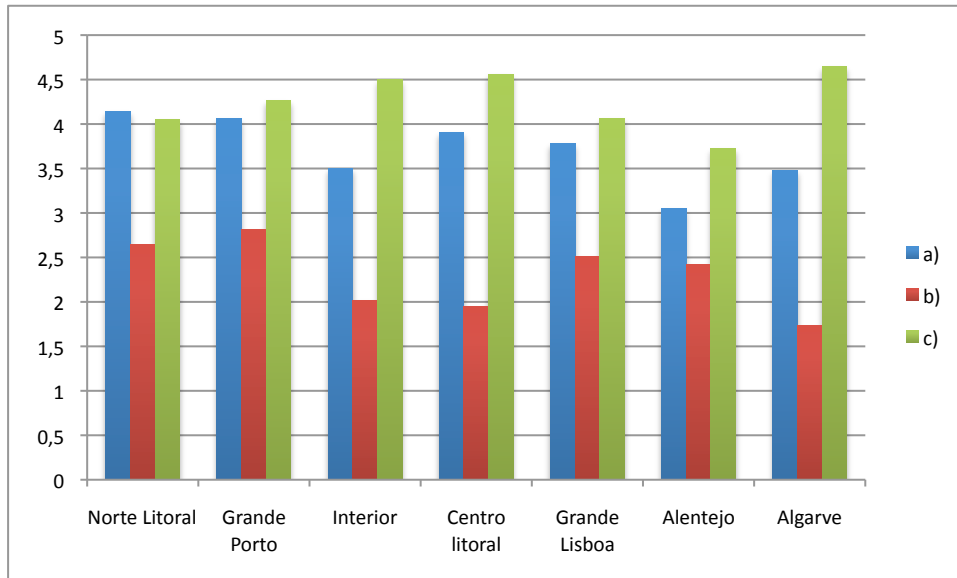
Nota: Os valores apresentados para 'desigualdade' correspondem à média da desigualdade de rendimento (percentil 80 e percentil 20), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Rel. de Desenvolvimento Humano, para o período 2003-2007. Os valores relativos à 'participação' correspondem às médias nacionais. Dados do World Values Survey (1999-2004); variáveis incluídas no índice: assinatura de petição, boicote de produtos por razões políticas, éticas, ambientais, participação em manifestações (legais), participação em actividades de protesto não autorizadas (1: 'nunca faria', 3: 'já fez'). Pearson  $r = -0,596$  ( $p < 0,001$ ).

Gráfico 2 – Representação da relação entre desigualdade de rendimento e envolvimento cívico (norma de cidadania).



Nota: Os valores apresentados para 'desigualdade' correspondem à média da desigualdade de rendimento (percentil 80 e percentil 20), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –Rel. de Desenvolvimento Humano, para o período 2003-2007. Os valores relativos à norma 'envolvimento cívico' correspondem às médias nacionais. Dados do World Values Survey (1999-2004); variáveis incluídas no índice: política é importante, motivos para ajudar: no interesse da sociedade, discutir questões políticas com os amigos. Pearson  $r = -.568$  ( $p < .001$ ).

Gráfico 3 – Distribuição das médias regionais das percepções de igualdade



Nota: a) “As pessoas de classe média estão a viver tempos muito difíceis, porque não têm acesso nem às recompensas dos ricos nem aos apoios recebidos pelos mais pobres (média. região) 1=muito em desacordo; 5= muito de acordo; b) “As pessoas mais ricas estão a viver tempos muito difíceis porque trabalham muito, vivem sob grande pressão e têm maiores responsabilidades (média. região) 1=muito em desacordo; 5= muito de acordo; c) “As pessoas mais pobres estão a viver tempos muito difíceis porque não têm acesso às recompensas dos ricos e são pouco apoiadas socialmente (média. região) 1=muito em desacordo; 5 muito de acordo.

Quadro 1. Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais, UE-27

Fonte: Observatório das Desigualdades

<b>Quadro 1. Taxa de risco de pobreza antes e após as transferências sociais nos países da UE-27 (2008)</b>				
	<b>Risco de pobreza antes das TS (%)</b>	<b>Risco de pobreza após as TS (%)</b>	<b>Varição do risco de pobreza após as TS em pontos percentuais (p.p.)</b>	<b>Varição percentual do risco de pobreza após as TS (%)</b>
<b>Irlanda</b>	37,6	15,1	-22,5	-59,8
<b>Dinamarca</b>	31,2	13,1	-18,1	-58,0
<b>R. Unido</b>	30,4	17,3	-13,1	-43,1
<b>Letónia</b>	30,3	25,7	-4,6	-15,2
<b>Lituânia</b>	29,4	20,6	-8,8	-29,9
<b>Roménia</b>	29,1	22,4	-6,7	-23,0
<b>Hungria</b>	28,9	12,4	-16,5	-57,1
<b>Luxemburgo</b>	27,0	14,9	-12,1	-44,8
<b>Bélgica</b>	26,7	14,6	-12,1	-45,3
<b>Suécia</b>	26,6	13,3	-13,3	-50,0
<b>Bulgária</b>	26,4	21,8	-4,6	-17,4
<b>Finlândia</b>	26,2	13,8	-12,4	-47,3
<b>Estónia</b>	25,9	19,7	-6,2	-23,9
<b>UE-27</b>	25,1	16,3	-8,8	-35,1
<b>Espanha</b>	24,4	19,5	-4,9	-20,1
<b>Portugal</b>	24,3	17,9	-6,4	-26,3
<b>Alemanha</b>	24,1	15,5	-8,6	-35,7
<b>Áustria</b>	24,1	12,0	-12,1	-50,2
<b>França</b>	23,8	12,9	-10,9	-45,8
<b>Polónia</b>	23,6	17,1	-6,5	-27,5
<b>Itália</b>	23,2	18,4	-4,8	-20,7
<b>Malta</b>	23,1	15,1	-8,0	-34,6
<b>Grécia</b>	22,7	19,7	-3,0	-13,2
<b>Chipre</b>	22,7	16,2	-6,5	-28,6
<b>Eslovénia</b>	22,0	11,3	-10,7	-48,6
<b>Holanda</b>	20,5	11,1	-9,4	-45,9
<b>R. Checa</b>	17,9	8,6	-9,3	-52,0
<b>Eslováquia</b>	17,1	11,0	-6,1	-35,7

Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, SILC 2009 (Eurostat).  
 Nota 1: O risco de pobreza em causa no Quadro 1 é calculado a partir de um limiar de pobreza correspondente a 60% do rendimento nacional líquido mediano.  
 Nota 2: Os valores apresentados para o risco de pobreza antes das transferências sociais incluem as transferências de rendimento do Estado para as famílias referentes a pensões.

Figura 1. Coeficiente de Gini (UE-27)

Fonte: Observatório das Desigualdades

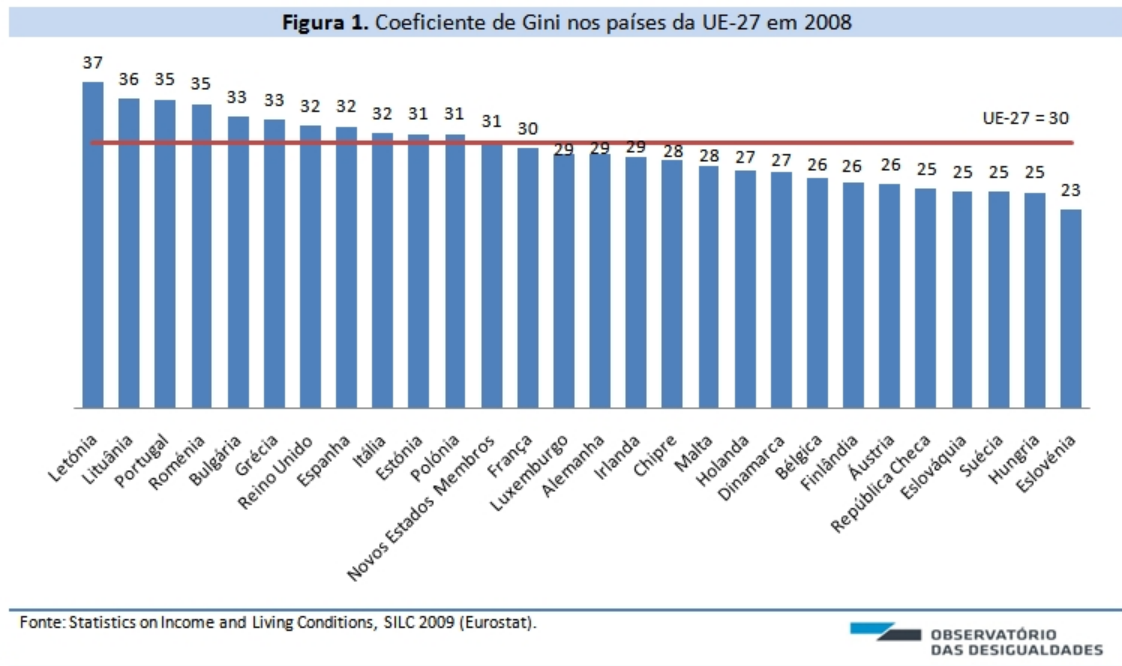
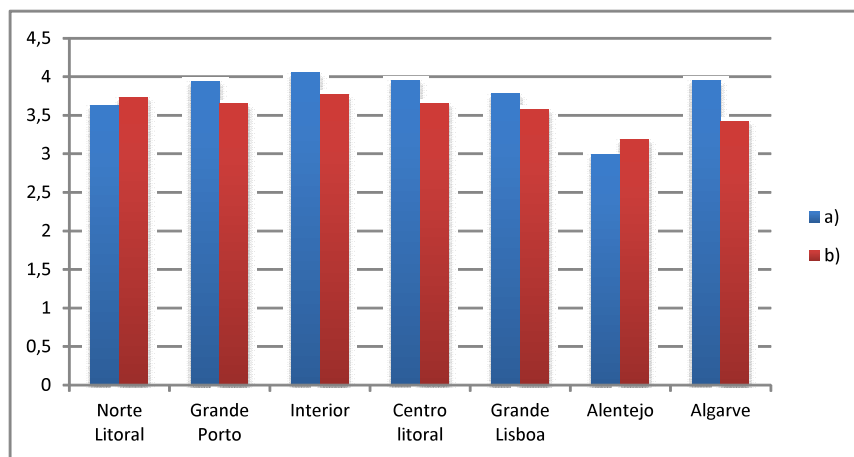


Gráfico 4 – Distribuição das médias regionais das atitudes face a contribuições e impostos



Nota: a) “As pessoas com rendimentos mais altos não pagam com os seus impostos a parcela justa de solidariedade com os mais pobres” e b) “Os impostos são tão altos em Portugal que as pessoas com mais talento não são devidamente recompensadas” (média, região) 1=muito em desacordo; 5=muito de acordo.